



## OS PLANOS PARA HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: UM DESAFIO AO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE TOMADA DE DECISÃO

Philip Martin. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)

Manaus, Amazonas

O Brasil tem grandes planos para a construção de hidrelétricas na Amazônia, tanto na porção brasileira da região como em países vizinhos como Peru e Bolívia. Tem havido pouca discussão pública no Brasil das políticas de energia usadas para justificar o alto custo monetário e os grandes impactos humanos e ambientais causados por essas barragens. Pouca atenção tem sido dado para o impacto da exportação de energia elétrica na forma de produtos tais como alumínio e ao investimento apenas simbólico do governo brasileiro na conservação de energia e em fontes alternativas como eólica e solar. Represas amazônicas têm impactos notáveis como o deslocamento humano, destruição de meios de subsistência tais como a pesca e impactos na biodiversidade, clima e saúde. Esses impactos são ilustrados por barragens existentes na Amazônia brasileira, como Tucuruí, Balbina e Samuel. Controvérsias atuais, tais como aqueles em torno de Belo Monte e as barragens nos rios Madeira e Tapajós, ilustram tanto a magnitude dos impactos como as deficiências do processo de tomada de decisão. Contaminação de metil-mercúrio é aumentada pelas condições anóxicas criadas por reservatórios de hidrelétricos, onde essa forma venenosa de mercúrio pode formar, tanto do mercúrio liberado por garimpagem de ouro como da transformação dos estoques naturais de mercúrio no solo. As hidrelétricas amazônicas emitem gases de efeito estufa, especialmente o metano (CH<sub>4</sub>). Essas emissões, frequentemente, são subestimadas e podem exceder as de combustível fóssil durante décadas. Sendo que o aquecimento global precisa ser controlado dentro de poucos anos para evitar mudança climática “perigosa” de ultrapassar o limite de 2°C de aquecimento médio, esse pico de emissão das barragens é crítico. A tomada de decisão sobre grandes obras na Amazônia acaba determinando um curso do desenvolvimento com graves impactos desde o nível local até o global. Em parte, isto reflete um sistema onde as decisões iniciais sobre projetos individuais ainda são feitas sem discussão pública e na ausência de informações sobre os impactos do projeto e sobre alternativas. Na prática, o efeito das fases subsequentes de estudos de impacto ambiental e licenciamento é limitado à sugestão de pequenas modificações dos planos anteriormente decididos.